

Louis Suárez-Potts  
Secretário Geral, OpenOffice.org Community Council  
Gerente de Comunidade

## **A Responsabilidade dos Governos? Padrões Abertos, Código Aberto e OpenOffice.org**

### **Resumo**

Quando se trata de documentos públicos criados por governos, quais as responsabilidades destes com sua população? Quais obrigações existem para garantir que o povo de uma nação seja capaz de ler a enxurrada de documentos digitais criados diariamente pelo setor público? Historicamente, as palavras do governo eram publicadas em papel, e se alguém soubesse ler – e é responsabilidade das escolas do governo ensinar a ler – poderia manter-se informado, e certamente é dever do cidadão manter-se informado. Mas, com o advento dos documentos digitais nas últimas duas décadas (em especial na última), este arranjo histórico foi abalado. Não é mais suficiente saber ler para satisfazer o dever do cidadão. Isto porque os documentos de governo estão, muito provavelmente, em formatos proprietários, exigindo não apenas a aquisição de software caro mas colocando os documentos na soleira do abismo da perda de memória: formatos proprietários estão sempre sujeitos aos caprichos do mercado e daqui a cem anos podem não existir. De certa forma, a riqueza da nação está em risco pela utilização de formatos fechados para documentos digitais. O quê, então, deve um governo fazer de forma a satisfazer as necessidades do cidadão e preservar a riqueza da nação?

Esta apresentação examina o problema delineado acima e sugere soluções: o uso de padrões abertos para formatos de arquivos e o uso (e desenvolvimento) de Software Livre e de Código Aberto (SLCA). Argumento que não basta o uso de padrões abertos. O SLCA também deve ser usado se o desejo de garantir aos cidadão da nação o acesso a documentos públicos.

### **I. Do Papel e Tinta à Mídia Eletrônica**

Documentos em papel e tinta não precisam de nenhuma tecnologia especial para serem lidos ou escritos. Isso é tão óbvio que deve ser dito. Não é necessária a utilização de um leitor especial, computador ou outro dispositivo

mediador. Para escrever seus pensamentos em um papel, um graveto com tinta é suficiente, desde que marcas inteligíveis sejam produzidas; e para lê-lo, não é necessário nada, somente a capacidade de decodificar as marcas. É preciso, em resumo, educação. Ainda mais, o documento é seu para fazer com ele o que quiser e ele não depende da empresa que produziu o papel ou a tinta; não se tornará ilegível se a empresa que produziu a tinta decidir alterar o seu produto. A longevidade do documento depende, é claro, da robustez da tinta e do papel e, mais importante, da capacidade das pessoas em ler a língua.

Desde o período moderno – desde o crescimento da esfera pública e outros modos públicos de troca e investimento e governança – tem sido responsabilidade dos governos ensinar seus cidadãos a ler e escrever. Porquê? É quase um absurdo perguntar. Mas se um povo não sabe ler e escrever, a riqueza da nação é comprometida: não há negócios, não há história, não há esfera pública, não há futuro. E tem sido uma característica dos estados modernos garantir a saúde e a riqueza de uma nação.

Voltemos ao presente e ao uso moderno de meios eletrônicos. O que acontece com o papel? Com a tinta? Estes são hoje raramente usados, a não ser por formulários burocráticos legados ou como suplemento aos documentos eletrônicos (impressões) ou por motivos nostálgicos. A tendência, que somente vem acelerando, é a de produzir documentos puramente eletrônicos e armazená-los em enormes arquivos eletrônicos. Documentos em papel, que registraram tanto do nosso passado de forma tão fácil e que qualquer um com treinamento podia produzir (sem a necessidade de tecnologia especial), já são uma coisa do passado. Permanecem apenas por hábito.

O Brasil está liderando o mundo no movimento para a adoção massiva de SLCA e no caminho de um futuro livre de demandas neoliberais e no mapeamento de um caminho que ganha sua força da inteligência e deriva seu potencial do seu povo.

Um breve resumo de instalações conhecidas:

### **Setor Público**

- Caixa Econômica Federal (mais de 15K estações na última vez em que conversamos)
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (mais de 10K estações até agora)
- Exército Brasileiro (número não divulgado de estações)

### **Setor Privado**

- Casas Bahia (varejo)
- Carrefour (varejo)
- Habib's (alimentação)

### **Em avaliação (se confirmados serão grandes instalações):**

- VisaNet (finanças)
- Stefanini (serviços)

Bom trabalho. :-)

Devemos, na verdade, nossos agradecimentos ao grupo do BrOffice.org, liderado pelo Claudio F. Filho e Roberto Salomon. Eles vêm fazendo um trabalho brilhante, motivados pela fé no processo, no Brasil, e no OpenOffice.org. Obrigado.

Mas isso é só o ato de abertura.

Agora, mais pessoas podem criar documentos de graça e passá-los através da Internet. Até pessoas em áreas remotas são beneficiadas. Agora que o custo de uma suite é quase irrelevante (suporte será sempre necessário), outras despesas (como o estabelecimento de conectividade) são mais fáceis de serem endereçados.

O futuro? Um Brasil conectado não apenas para as elites, mas para todos; onde estudantes possam ter acesso livremente a materiais e colaborar; onde restrições de licenças não imponham fronteiras ou suportem a pirataria clandestina.

A Microsoft dirá que podemos chegar a esta utopia simplesmente comprando mais de seus produtos; que o código aberto não é a passagem. Dirão que seus produtos são fáceis de usar e feitos para colaboração. O que eles não dirão é que comprar da Microsoft é o mesmo que fazer uma péssima barganha por esta conveniência. Pagamos um preço pela conveniência prometida.

## **II. As Trocas que Fazemos**

Este preço é medido em mais que dólares, mas mesmo em dólares é muito alto. Ao contrário da tecnologia de tinta e papel, que qualquer um pode usar e que preserva pensamentos por milênios, os documentos que criamos hoje em uma suite de escritório não exigem apenas que utilizemos tecnologia que não é aberta nem livre (como escrever em papel com tinta), mas sim, proprietária: é de propriedade de alguém, neste caso, muito frequentemente, da Microsoft. É

como se uma língua fosse criada e que tivéssemos que pagar para aprendê-la e, quando todos os textos de importância nela estivessem escrito, somente aqueles que pagaram poderiam lê-los e escrevê-los.

Uma analogia: É como se estivessemos de volta ao período feudal europeu, quando isto acontecia. A língua para comunicação oficial era o Latim, não a língua que o povo falava. E aprender latim custava caro de sorte que somente umas poucas famílias nesta cultura de Catedral podiam exercer o poder oficial. Com a renascença, a língua do povo (que era efetivamente falada, em especial nos mercados) passou a ser usada e a cultura e o comércio floresceram; o que contou enquanto a esfera pública cresceu – e continua a crescer.

A ameaça contra a cultura pública é o uso de tecnologias para ler e escrever que efetivamente excluam todos menos o público privilegiado – um retorno à era feudal e algo que não queremos.

O provedor da tecnologia dominante que é predicado na exclusão é a Microsoft. A Microsoft, é claro, está interessada apenas em lucros e na manutenção de sua posição no mercado; isso é verdade de qualquer monopólio. Inovação advinda de fora representa uma ameaça à sua hegemonia no mercado. Eles precisam satisfazer as preocupações filosóficas, morais e éticas nacionais apenas quando afetam seus lucros e mercados, e em última análise, seus acionistas.

Devo salientear que isso não é ranhetice contra a Microsoft – isso seria muito fácil e até predizível. Ao invés o ponto da minha apresentação é dramatizar a situação em que nos encontramos agora, e oferecer uma solução forte.

A situação, como sugeri, é uma em que os documentos que produzimos são de propriedade efetiva de empresas, principalmente a Microsoft, usando tecnologias proprietárias. O problema com esta situação, que cresceu silenciosamente e quase sem discussão política, é que ela retorna o mundo a um sistema quase feudal onde os documentos de uma nação estão disponíveis somente para aqueles que possuem tecnologia cara de propriedade de uma empresa estrangeira a milhares de milhas de distância e que não se preocupa com os interesses do Brasil, salvo quando ajudarem na sua lucratividade. Ainda mais, a Microsoft elaborou seus produtos de tal maneira que as características de colaboração estão disponíveis apenas quando se compra o pacote inteiro: compre Microsoft e a Microsoft compra você.

### **III.A Solução é Aberta**

A solução é usar padrões abertos e código aberto.

Porque padrões abertos são importantes? Padrões abertos são padrões “publicamente disponíveis e implementáveis” (Wikipedia). Qualquer aplicação compatível pode usar um padrão aberto, seja ela proprietária ou de código aberto de sorte que, em termos puramente práticos, o teste de um padrão aberto não é qual organização – OASIS, ISO, ECMA – o aprovou mas quais aplicações o usam. Neste teste, o padrão proposto pela Microsoft, Open XML, falha miseravelmente enquanto o OpenDocument Format (ODF) da OASIS – agora ISO 26300 – vai muito bem: o IBM Workplace, o StarOffice da Sun, o OpenOffice.org, o KOffice, o Writerly, AbiWord e muitos outros usam o ODF (vejam na Wikipedia uma excelente lista de aplicações que implementam o ODF).

O resultado deste padrão aberto? Arquivos podem ser passados livremente entre aplicações. Não é mais necessário se preocupar se seu colega, colaborador ou destinatário está usando a mesma aplicação que você ou que você terá que pagar pelo privilégio de ler um documento público criado usando-se tecnologia proprietária. É o arquivo que conta, não a aplicação. Mas padrões abertos são apenas metade do acoplamento.

Precisamos de mais. Padrões abertos permitem a livre troca de arquivos agora e no futuro mas o código aberto permite que qualquer um tenha acesso à aplicação agora e no futuro, pois aplicações com o OpenOffice.org, que é licenciado pela LGPL, são livres, gratuitas: não é necessário pagar para usá-las. Este é um ponto importante: ao acoplar padrões abertos com código aberto, o OpenOffice.org dá a qualquer um a capacidade de participar sem restrições da esfera pública.

Como isso funciona? Imaginemos que o setor público use o StarOffice, o Workplace, o OpenOffice.org ou qualquer outro e que grave os documentos em ODF ou PDF. O governo, trabalhando em nome próprio ou com apoio do setor privado, instala o OpenOffice.org nos computadores de todas as bibliotecas públicas e espaços públicos onde possa ser colocado um servidor ou um computador. Qualquer um passa a ter acesso a estes documentos. Será esse arranjo inseguro? Não. Pois o código aberto e os padrões abertos são construídos com requisitos de segurança em primeiro lugar. Sistemas e arquivos podem ser tornados seguros; e a segurança funciona em todos os níveis e a heterogeneidade dos sistemas é permitida e, na verdade, esperada (é o mundo real). Ao contrário, a Microsoft alega que os seus sistemas são seguros apenas se todos o usarem: a insegurança vem de fora.

Mas sabemos que culpar a vítima, neste caso a pessoa afetada por vírus e quedas de sistemas, é uma maneira pobre de defesa. O melhor argumento é reconhecer as falhas no modelo. Mas o modelo promulgado pela Microsoft não suporta um mundo heterogêneo onde sistemas diferentes coexistem. Código e padrões abertos, sim; eles foram desenhados do princípio com este modelo em mente.

E estas tecnologias estão maturando. Suporte ao Português do Brasil e a muitas outras línguas no OpenOffice.org está disponível para Windows, Linux, Mac OS X e muitas outras plataformas. Também é possível adaptá-lo. O código e a licença permitem que se escrevam plugins, acréscimos e qualquer outra necessidade para estender a ferramenta. Se não quiser fazê-lo por conta própria, é simples pagar a alguém para fazê-lo.

Mas isso presume – incorretamente – que há um corpo de desenvolvedores. Estou neste mercado por mais de cinco anos e posso garantir que isso é um mito. Portanto, precisamos desenvolver este corpo. Se não, teremos trocado um modelo de consumo por outro. O que torna o SLCA especial é a capacidade de torná-lo seu. Carlos Menezes e seu time do CoGroo fizeram um grande trabalho, construindo um excelente corretor gramatical para o Português do Brasil. Mas as conquistas do seu time também sugerem o que precisa ser feito.

Convido estudantes, professores, e empresários a considerar o OpenOffice.org como uma fonte praticamente inesgotável. O código pode ser usado para aprender a programar, por exemplo. Novas aplicações usando o OpenOffice.org podem ser distribuídas – e até cobradas: nossa licença permite. Suporte, treinamento e certificação: todas atividades possíveis e encorajadas.

Mas é crucial que pensemos no OpenOffice.org não como uma outra commodity de consumo mas como algo que pode produzir riqueza: para a pessoa, para a nação.

Então, o que temos? Uma escolha que deve ser feita. Deixem-me pintá-la claramente: de um lado temos uma espécie de neo-feudalismo privilegiando as elites e custando à nação milhões, não apenas hoje, mas amanhã também. E de outro, temos padrões abertos acoplados ao Software Livre e de Código Aberto e a promoção dos mercados e inovação. A primeira leva a uma crescente dependência de empresas estrangeiras, a segunda motiva o crescimento da riqueza nacional.

Suarez-Potts

Escolha aberto.